VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 13 DE JANEIRO DE 2022

ATA NÚMERO CINCO

Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e dez minutos, teve lugar teve lugar a 3ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em seis de dezembro de 2021 a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa o 1º Secretário, José Manuel de Almeida Couto, e a 2ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Andreia Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Dália Miranda Eira, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, João Paulo Moreira Correia, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim César Ramos Rodrigues, Joaquim Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, Maria José Gamboa Campos, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Serafim Silva Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Vítor da Silva Pereira Canastro, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, José Fernando Santos Almeida, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Luísa Maria Porto Ferreira da Silva, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira.

Faltaram os seguintes deputados municipais: Ana Luísa Ferreira, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, João Pedro Ferreira Martins, Natália Maria Soares Gonçalves, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Carla Isabel Argueles Cáceres, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Bernardo Rodrigues Ribeiro e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Pedro Petiz de Castro Viana. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo e os Senhores Vereadores: Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia, José Joaquim Cancela Moura e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira.----------

Estiveram ausentes os senhores Vereadores, Marina Raquel Lopes Mendes e José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar.----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu ter dado entrada um voto de Pesar do Grupo Municipal do PSD, dando a palavra ao referido grupo para a sua leitura. ----------

Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD) apresentou um **Voto de Pesar,** pelo falecimento do Senhor Manuel Rodrigues dos Santos, ex-Presidente de Junta de Freguesia de Grijó, durante 8 anos, entre 1989 e 1997, conforme documento em anexo (Vide anexo nº1). ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, "Pelo falecimento de Manuel Rodrigues dos Santos". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade.----------

Defesa da Honra Senhor Deputado João Paulo Silva (PS). No uso da palavra, fez referência ao email enviado pelo Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, com a posição desse grupo "Apreciação de Assunto de Interesse Local – Transmissão Digital das Assembleias Municipais", conforme documento em anexo (Vide anexo nº 2), dando como resultado daquilo que é hoje a transmissão online desta sessão, como sendo mérito da manifestação realizada à porta da Assembleia Municipal. Disse que essa forma de fazer democracia e exercer democracia não é o melhor caminho. Faz esta intervenção na defesa da honra de todos os deputados que ao longo dos últimos anos honraram esta casa e fizeram a defesa das melhores condições de trabalho e também a defesa da transmissão online destas sessões. A posição tomada pelo Grupo Municipal do IL, dirigida a todos os deputados, foi algo que merece censura. ----------

O Senhor Presidente da Mesa deu nota de que foi enviada para todos os Líderes Municipais a reação da Mesa e da Assembleia, enquanto tal, a uma pessoa que está fora da Assembleia, que vem cá esporadicamente substituir o 1º e único eleito do IL, conforme documentos em anexo (Vide anexo nº 2 e 3). A terminar, disse já ser prática o confronto com este tipo de posição, dizendo que não corresponde ao

mínimo de civismo e urbanidade por ser, desde logo, feita à última da hora, a três horas do início da Assembleia, e aparentemente à revelia do deputado que vem às Conferências de Líderes. ----------

Ponto 1 - Leitura, Discussão e Votação de Atas.----------

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 65, de 30 de setembro de 2021. ----------

Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A, não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Tiago Filipe da Costa Braga, Natália Maria Soares Gonçalves, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Dália Miranda Eira, Ana Luísa Ferreira, Arménio José Pereira da Costa, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, João Paulo Moreira Correia, Joaquim Moreira Barbosa, Carla Maria Rodrigues Costa, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Morais de Sousa, José Fernando Santos Almeida, João Emanuel de Gouveia Martins, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Jorge Manuel dos Santos Pereira, Rui de Brito e Cunha Leite de Castro e Bernardo Rodrigues Ribeiro. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 1, de 13 de outubro de 2021.----------

Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Bernardo Rodrigues Ribeiro, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Pedro Petiz de Castro Viana e João Pedro Ferreira Martins.----------

Ponto 4.32. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Candidatura – Edital "Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para implementação de Projetos no âmbito do Investimento RE-C02-I01 – Programa de Apoio ao acesso à Habitação – Aviso de Publicitação nº 01/CO2-I01/2021 – Componente 02 - Habitação".----------

Senhor Deputado Pedro Petiz (IL) no uso da palavra, teceu diversos comentários ao ponto em discussão, mostrando o seu desacordo quanto a esta escolha política, pública. Referiu, entre outros aspetos, que no entendimento do IL, antes de adquiri mais imóveis, o Estado deve garantir primeiro que os imóveis devolutos

que são sua propriedade são colocados no mercado. Questiona se após a aquisição destes imóveis a propriedade manter-se-á no município ou se existirá uma transferência futura para o Estado Central. Questiona, igualmente, se os imóveis do município estão inventariados. Se sim, quantos destes imóveis se encontram devolutos? Referiu que o município obteve um financiamento de 70 milhões de euros no Plano de Recuperação e Resiliência, esta afirmação causa ao IL alguma estranheza, pois, ao contrário do que tem sido habitualmente veiculado os projetos feitos em nome do PRR estão a ser feitos maioritariamente com fundos do Estado Português. Questionam, assim, de onde veio este financiamento.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, começando pela última questão, desconhece se lhe está subjacente alguma dúvida jurídica ou alguma tentativa de suspeição, pelo que prestou os devidos esclarecimentos, sublinhando que o necessário para este tipo de situações é ter cabimento no Orçamento, de acordo com as normas orçamentais e decorre de contratos assinados e, sendo que o município tem um contrato de 143 milhões de euros e não de 70 milhões de euros. A terminar, deixou esclarecimentos relativamente às restantes questões do senhor deputado.----------

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH) disse que o Grupo Municipal do CH pretende saber se estas futuras habitações serão entregues aos beneficiários dentro dos programas já existentes ou se serão criados novos programas e novas normas de atribuição das ditas habitações. No caso de se enquadrarem em novos programas, gostaria de saber se estaria o executivo na disposição de aperfeiçoar dentro das suas balizas legais os critérios de atribuição e conservação das referidas habitações. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, referiu que a aquisição está a ser feita para uma atribuição de acordo com as regras estabelecidas na Estratégia Local de Habitação e pelos contratos locais de habitação. A estas habitações terão acesso famílias com a respetiva condição de recursos, balizada nos critérios da condição de recursos da Estratégia Local de Habitação, e de acordo com a Lei do País. Relativamente à preservação, o que se pode garantir é que, neste como em outros casos, a expetativa é sempre a verificação, o civismo, para que o bem público seja preservado. Deixou ainda diversos esclarecimentos ao ponto em apreço.----------

Senhor Deputado André Araújo (CDU) deixou algumas considerações e questões relativamente ao Ponto em discussão, afirmando que se trata de uma antiga reivindicação do PCP, conforme documento em anexo (Vide anexo nº4).----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, referiu que a localização não está totalmente fechada e que o que se espera é conseguir uma reação do mercado quer na lógica da construção de habitação quer na lógica da venda de habitação e que isto se pulverize o mais possível pelo território. Se houver necessidade de fazer correções a uma excessiva concentração, nunca será muito uma concentração urbana, pois não temos a mesma facilidade em obter o custo/m2 que está definido no 1º direito, que é

relativamente baixo. O que pode acontecer é o contrário, que se tenha uma concentração periurbana no próprio Concelho, passando a esclarecer os senhores deputados.----------

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD) começou por congratular-se em ver a transmissão online destas reuniões, permitindo aos gaienses ter melhor conhecimento dos trabalhos desenvolvidos nesta Assembleia. De seguida, disse ser com muita satisfação que o grupo municipal do PSD vê esta Proposta da Câmara Municipal, passando a tecer alguns comentários sobre mesma, referindo que irão votar favoravelmente. ---

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS), na sua intervenção, relembrou a valorização da Constituição da República Portuguesa, "(...) todos têm direito para si e para a sua família a uma habitação de dimensões adequadas, em condições de higiene e conforto (...)". Nesse sentido, com a política a ser desenvolvida com a prioridade que está a ser dada, estamos a cumprir, também, a Constituição. De seguida, teceu alguns comentários à proposta em discussão, lançando ainda alguns desafios ao executivo.----------

Senhor Deputado Jorge Espanhol (CDS-PP) disse que o grupo municipal do CDS-PP se congratula com a apresentação de mais um projeto que entendem ser de extrema utilidade no apoio ao acesso à habitação condigna e uma mais-valia social para o Concelho. No entanto, partindo do pressuposto da distribuição deste tipo de fogos pelas freguesias do Município questionou se este aspeto já estava previsto ou estudado. Gostaria de saber qual o número de fogos a adquirir em cada uma das Freguesias, ou se darão prioridade a umas em detrimento de outras e, se assim for, qual seria o critério. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, agradeceu as questões dos senhores deputados, esclarecendo não haver, neste momento, Bairro Social em Vila Nova de Gaia que não esteja a ser sujeito a intervenção. Num processo de reabilitação da lógica da eficiência energética e da criação de um conjunto de benefícios e oportunidades que permitem melhorar o nosso património e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade da resposta habitacional que se dá às famílias que lá habitam.----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.32. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 01 voto contra do IL. ----------

Ponto 4.33. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto às Candidaturas a Financiamento EQ-LINHA BEI – NORTE-05-1406-FEDER-000096, NORTE-05-1406-FEDER-000143 - Aprovação da Minuta do Contrato de Financiamento Reembolsável para Financiamento Parcial da Contrapartida nacional, assim como, da imputação dos Encargos de Financiamento". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.33. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade.----------

Ponto 4.34. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Pedido de Suspensão Temporária e Excecional do Pagamento da Taxa da Licença de Estacionamento Privativo do ano 2021, correspondente a um lugar de estacionamento privativo, de junho a dezembro, no montante de € 540,00 (quinhentos e quarenta euros), solicitado pelo Bar da Sereia Costa Verde". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.34. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade.----------

Ponto 4.35. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, da parcela de terreno a seguir identificada: ----------

•Terreno destinado a Escola Pré-Primária-B com área de 3.838 m2, sito no Lugar da Quinta do Monte Grande, Praceta Cooperativa o Telefone, freguesia de Vilar de Andorinho, que confronta a Norte com a Praceta Cooperativa o Telefone, do sul com domínio público e prédio com os nºs polícia 101 e 121, do Nascente com Rua Alfredo Marceneiro e prédio com os nºs polícia 101 e 121 e do Poente com domínio público e prédio com os nºs polícia 114, 115 e 116, encontra-se descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial sob parte do nº 1692 da freguesia de Vilar de Andorinho e está omisso à matriz por pertencer ao domínio público. ----------

O terreno em referência foi cedido, ao domínio público no âmbito da licença de loteamento nº 102/81 para escola Pré-Primária B, sendo atualmente desnecessário para a finalidade pública para que se encontrava afeto". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.35. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade.----------

<u>Ponto 4.36. da Ordem de Trabalhos</u> "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao pedido de redução em 50% do pagamento de taxa pela ocupação/utilização do espaço público associado a operação urbanística, ou seja, o valor de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), no âmbito da obra licenciada pelo alvará de licenciamento de obras de ampliação nº 438/21, válido até 28 de abril de 2022 e relativo ao processo nº 1589/20". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.36. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 43 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 da CDU, 02 do CDS, 02 do BE, 01 do IL, 01 do PAN e 01 do CH) e 05 abstenções do PSD.----------

<u>Ponto 4.37. da Ordem de Trabalhos</u> "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização dos encargos para o ano 2022, relativos à Empreitada Rua do Outeiro, Avintes – reconstrução de muro de suporte, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.37. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade.----------

Ponto 4.38. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao pedido de declaração de interesse público municipal do pedido de licenciamento referente à Construção do Novo Complexo Desportivo do Futebol Clube de Crestuma, num terreno sito à Rua do Rossio, da União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma, Proc.º 8399/21 – CERT, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma, solicitado pelo Futebol Club de Crestuma".----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.38. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade.----------

Ponto 4.39. da Ordem de Trabalhos "Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município". ----------

Senhor Deputado Pedro Petiz (IL), na sua intervenção, referiu-se ao Orçamento Participativo Jovem 2021, um programa que elogiam, na alínea referente à implementação de Projetos Vencedores do GOP 2019, dizendo que a execução de alguns projetos ficou comprometida devido à Pandemia, questionam quando é que a execução dos restantes projetos poderá ocorrer. ----------

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH) disse que, em 2020, Vila Nova de Gaia era o Concelho do País que tinha mais equipamento escolar com mais amianto, questionando qual o estado atual das obras de remoção do amianto e aproximadamente quantas escolas ainda restam.----------

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU) disse terem algumas questões relativamente à Informação, no que concerne à educação, nomeadamente à listagem das escolas, se se referem a pequenas obras de manutenção ou se foram feitas reabilitações de fundo que mereçam ser referenciadas nesta listagem, pelo que pretendia esclarecimentos. Quanto à Reorganização Administrativa, relativamente à transferência de competências no âmbito da educação, questionam se já há números ou podem ter conhecimento sobre o número de funcionários em falta. Relativamente ao subsídio/suplemento de salubridade e penosidade aos trabalhadores, que haja a possibilidade de aplicação deste subsídio, desejando saber como está a ser feita a sua aplicação. A terminar, no âmbito da salubridade, no que respeita a recolha de "monos" e alguns amontoados que se vão verificando em algumas freguesias, uma questão já colocada aqui e que se tem vindo agravar, disse constatar haver recolha, mas que as pessoas vão voltando a colocar mais e mais, questionando,

assim, se a Câmara consegue disponibilizar meios para recolher com a brevidade possível estes amontoados de "monos". ----------

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD) referiu, com agrado, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em domínios tão diversos como as escolas, sendo que há, de facto, um vasto conjunto de escolas que é referenciado, no ambiente. Disse tratar-se de um trabalho contínuo, que o PSD também desenvolveu durante 16 anos, em que construiu cantinas em todas as escolas, pois só 10% das escolas tinham cantinas, a nível do ambiente, cerca de 400km de cursos de água todos eles poluíam a costa marítima e graças ao saneamento feito, em mais de 100 mil casas, conseguiram contribuir para um melhor ambiente no nosso município, sendo com agrado que veem esta obra ser continuada. Todavia, sugerem que sempre que possível e se justifique, seja presente fundamentação e/ou perspetiva histórica do que está a acontecer, dando como exemplo o apoio ao teatro, deixando os exemplos transcritos na Informação Escrita. Deixou ainda alguns considerandos relativamente a esta Informação. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, começou por responder à questão do senhor Deputado Pedro Petiz, dizendo que a execução dos restantes projetos acontecerá logo que possível. Quanto à questão do senhor Deputado Jorge Pereira, disse terem-se acumulado mais de 100 escolas do 1º Ciclo, num processo de descentralização que aconteceu há 2 décadas, em que foram mantendo a cobertura em amianto. Referiu que o processo de revisão dos critérios de financiamento do Quadro Comunitário de Apoio PT2020 levou à afetação de uma verba significativa para a retirada de amianto, acontece que a retirada de amianto não é uma intervenção que se faça ao arrepio de tudo o mais, sendo que, quando se retira o amianto, trata-se também das caleiras e das sarjetas entupidas, pelo que os valores aumentam, e a verdade é que numa determinada fase o estado decidiu imputar o financiamento a uma verba standard/m2 que se veio a revelar bem mais baixa do que aquilo que o mercado oferecia, tendo sido esse custo suportado pelo município. Disse faltarem neste processo 33 escolas EB/1 para o município ficar 100% livre de amianto nas escolas, sendo que este trabalho também foi feito em 3 EB 2/3, no âmbito da sua reabilitação. A partir de 1 de abril terão as EB 2/3 e secundárias que passarão, no âmbito da descentralização para o município e que vêm com problemas de amianto que o Estado durante anos não resolveu. Quanto às questões da senhora Deputada Paula Baptista, a listagem que referiu não se reporta a apenas uma "fechadura" ou um vidro, mas alguma intervenção menos forte do que uma grande requalificação. É uma listagem com as intervenções mais importantes, deixando os devidos esclarecimentos. Quanto ao número de funcionários em falta, antecipa em cerca de 120 pessoas, quer Assistentes Técnicos quer Assistentes Operacionais, passando a esclarecer convenientemente o que será imputado ao Orçamento Municipal. Quanto ao subsídio/suplemento de salubridade e penosidade aos trabalhadores, o pressuposto da negociação feita com os sindicatos, entidades representativas dos trabalhadores e as Juntas de Freguesia, vai no sentido de que esse subsídio seja pago de uma só vez, o que foi feito retroativamente a 1 de janeiro de 2021, a partir do

momento em que foi pago, e que agora é pago mensalmente juntamente com o salário. Disse estar totalmente de acordo com o que referiu relativamente à salubridade, reiterando que o município tem um serviço gratuito de levantamento de "monos" ao domicílio, considerando que não se trata de um fenómeno novo, mas sim de irresponsabilidade e falta de civismo das pessoas. Quanto à intervenção do senhor Deputado Fernando Almeida, disse que o PSD tem sempre um equilíbrio difícil de fazer: às vezes parecem ser muito esmiuçados nas Informações, noutras menos e pedem-nos mais, tenta-se fazer um justo equilíbrio sem retirar aquilo que parece fundamental, que é o papel que os próprios deputados têm no acompanhamento das atividades municipais. De seguida, agradeceu ao senhor Deputado, do ponto de vista financeiro e jurídico, as informações que deu, que não se confundem com o Relatório de Contas, que será apresentado em abril, sublinhando que estamos a iniciar novo Mandato com duas coisas fundamentais, as contas em dia, no verde, e como se tem mostrado são compatíveis com as obras nos Bairros, construção de fogos de habitação, escolas, tudo que durante muitos anos foi feito e continuará a ser feito independentemente de quem estiver no Executivo Camarário, e quem vier a seguir ainda melhor, sempre no pressuposto de que tendemos sempre a crescer. Houve um tempo em que se pensava que para crescer tinha que se hipotecar recursos e deixar para trás critérios de sustentabilidade; hoje, demonstramos que é possível tudo, tendo as faturas em dia, pagamentos em ordem e as contas no verde. Deixou ainda diversos argumentos à intervenção do senhor Deputado Fernando Almeida. ----------

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU), em forma de apelo, disse que há muito que se tem vindo a discutir as questões da Educação, sendo agora a altura para se retomar o assunto de efetuar uma Sessão Extraordinária sobre a centralização de competências no âmbito da educação. Referiu que se continua sem discutir os mega Agrupamentos, os Centros Escolares, sem fazer a avaliação dos mesmos, está-se a referir a estruturas complexas não da organização de pessoal docente ou não docente ou alunos. Urge discussão séria sobre este assunto. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, lembrou que a senhora deputada podia solicitar discussões da especialidade ou Assembleias Extraordinárias com ponto único, sendo que, do que de si depender, estará presente e disponível. Referiu que só não o faria se a senhora deputada quisesse uma Reunião Extraordinária para discutir a descentralização e, depois, colocasse dois pontos em discussão, os mega Agrupamentos e os Centros Escolares que, como sabia, são assuntos resolvidos, não fazem parte do processo de descentralização, não condicionam o processo de descentralização. Portanto, qualquer reunião teria que ser para discutir a Educação. Deixou ainda diversos esclarecimentos à intervenção da senhora Deputada. ----------

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD) referiu ser pessoa de gostar de contas seguras e bem arrumadas, dívida suficiente com investimento, prática que adota na sua vida pessoal e procura adotar em qualquer instituição onde tenha responsabilidades, estando, portanto, de acordo com o traçado na gestão da Câmara

Municipal, com muito mérito. De qualquer forma, é importante dizer que a dívida deixada pelo PSD não pode ser de forma nenhuma viabilizada, dado que quando o PSD chegou a esta autarquia, em 1997, encontraram um município que se desenvolvia de forma díspar em relação a outros municípios da zona norte e havia um imenso investimento a fazer. Deixou ainda diversos comentários políticos à gerência difícil de uma autarquia, contudo, relativamente a habitação social, numa boa medida já estava construída.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse não considerar que se tenha dirigido à sua intervenção, contudo, iria responder, pois sempre disse que a vida política é uma "corrida de estafetas". Foi o legítimo herdeiro de tudo aquilo que de bom e de mau a Câmara Municipal anterior deixou e que tem melhorado o que pode, criando coisas novas e mantendo o que era de manter. Referiu, entre outros aspetos, não fazer essas análises retrospetivas, independentemente do passado, sendo que não fica mal sublinhar o facto de começar este Mandato numa situação de contas no verde, o que gostava que tivesse acontecido em 2013 e nos mandatos anteriores, fosse de quem fosse a gestão. ----------

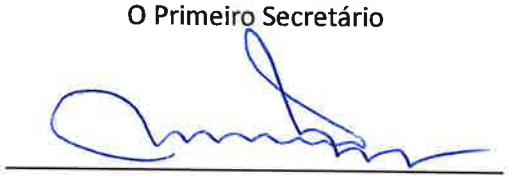
Foi apreciada a "Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município", referente ao Ponto 4.39. da Ordem de Trabalhos.----------

O Senhor Presidente da Mesa solicitou, em nome da Câmara Municipal, que os senhores deputados que assim o entenderem e pretenderem colaborar, podem enviar a apreciação que fazem desta transmissão direta da Assembleia Municipal, para que o que possa melhorado seja melhorado. Referiu que, dado não haver público, não é obrigatório declaração de todos os que estejam a assistir na Assembleia e aceitem expressamente que os seus direitos de imagem podem ser usados para fins públicos, como é o caso desta transmissão. ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo (Vide anexo nº5).----------

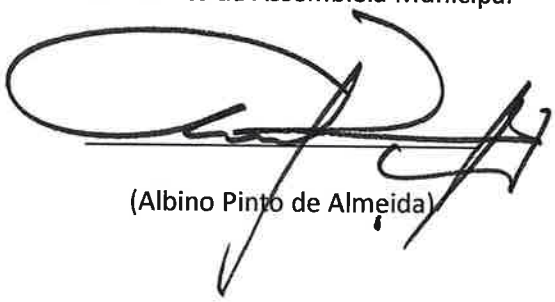
Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram vinte e três hora e trinta e cinco minutos do dia três de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. ----------

O Primeiro Secretário



(José Manuel de Almeida Couto)

O Presidente da Assembleia Municipal



(Albino Pinto de Almeida)

Original

GAIA PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

GRUPO PARLAMENTAR

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 13/01/22
Documento nº

Anexo nº 1

Voto de Pesar

Faleceu, no passado dia 20 de dezembro, Manuel Rodrigues dos Santos.

Mais que a saudade, ficará a memória de alguém que se entregou à causa pública e se dedicou à sua comunidade.

Foi presidente da Junta de Freguesia de Grijó durante 8 anos, entre 1989 e 1997, distinguindo-se pela sua capacidade de trabalho e do exemplo na defesa intransigente, em prol dos interesses das gentes que representou.

Neste mesmo período, foi também por inerência, membro desta mesma Assembleia.

Militante de base do PSD, desde sempre, foi uma referência e um convicto defensor da causa social-democrata, mas sobretudo um homem genuíno, que amava e servia a sua terra, com a autenticidade que todos lhe reconheciam.

Um percurso de vida que queremos relevar neste momento em que evocamos a sua memória.

Nestes termos,

Partilhando o sentimento de dor, propõe-se que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia delibere um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Rodrigues dos Santos, endereçando as condolências à família, aos amigos e a todos os que com ele privaram, numa última homenagem e reconhecimento pelo exemplo de participação cívica e cidadania.

Vila Nova de Gaia, 13 de janeiro de 2022

O Grupo de Deputados do PSD na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia,

Rua General Torres, 1141 - 4400-164 Vila Nova de Gaia | Telefone: 223742493 | grupoparlamentarpsd@mail.cm-gaia.pt

Iniciativa Liberal | Vila Nova de Gaia
Deputado Único | Assembleia Municipal

Anexo nº2

Apreciação de Assunto de Interesse Local

Transmissão Digital das Assembleias Municipais

Exmo. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia,

Exmos. Deputados,

Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,

Exmos. Vereadores,

Minhas Sras. e meus Srs.,

A Iniciativa Liberal gostaria de congratular os serviços desta Assembleia por termos finalmente a transmissão das suas sessões por via digital através da Internet para que todos os Gaienses possam assistir às mesmas.

A transparência dos órgãos municipais tem sido uma das bandeiras da Iniciativa Liberal de Vila Nova de Gaia, sendo conhecida a queixa que endereçámos junto da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos ("CADA"), relativa às gravações áudio das sessões desta Assembleia.

Cumpre referir, a este título, que a decisão final desta queixa foi favorável à Iniciativa Liberal, como ficou plasmado no Parecer da CADA 111/2021, de 14 de abril de 2021.

Igualmente, a transmissão digital das sessões da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia acabou por ser incluída no programa autárquico de 2021 da Iniciativa Liberal, espelhando a preocupação que este partido tem com a transparência dos órgãos públicos e, em particular, os órgãos municipais gaienses.

Há poucas semanas, no dia 21 de dezembro de 2021, vários membros da Iniciativa Liberal marcaram presença à entrada da Assembleia Municipal fazendo corpo solene relativamente ao incumprimento, por parte da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia da Lei 91/2021, de 17 de dezembro, que prorrogou o disposto na Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.

Ora, estabelece o n.º 2 do artigo 3.º do referido normativo prorrogado que a "*(...) obrigatoriedade de realização pública das reuniões dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias e dos órgãos deliberativos das entidades intermunicipais (...) fica suspensa (...), sem prejuízo da sua gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia sempre que tecnicamente viável (...)*"

Naturalmente, causava perplexão aos membros da Iniciativa Liberal que após quase dois anos de pandemia e estando prevista, nessa sessão do dia 21 de dezembro de 2021, a votação do maior Orçamento Municipal da história de Vila Nova de Gaia, não houvesse meios que garantissem a viabilidade técnica de uma gravação ou transmissão no sítio eletrónico da autarquia dessa mesma sessão.

No entanto, começámos 2022 com o pé direito e congratulamos o Exmo. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia e os respetivos Serviços pelo trabalho efetuado para assegurar a publicidade e a transparência das reuniões públicas deste órgão.

Um deputado da Iniciativa Liberal faz mesmo a diferença.

Vila Nova de Gaia, 13 de janeiro de 2022

O Deputado Único da IL

Rui Leite de Castro

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo nº 3

Ex.mo Cidadão Gonçalo Pinto, boa tarde.

Lamento profundamente a forma como redige os comunicados que faz sempre a poucas horas da reunião plenária da Assembleia Municipal. Com um total desrespeito das regras mínimas da urbanidade e civismo que são devidas, seja quando se refere a deputados, ou a qualquer cidadão e às suas ideias.

Como também não há nenhuma figura regimental para colocar este assunto hoje, visto que a reunião corresponde à continuação da sessão que começou em dezembro.

Aproveito para lhe dizer que há uma completa desarticulação entre o vosso deputado e, pelo menos, o Gonçalo, já me não alargarei tal incompetência ao partido pelo qual foi eleito - a Iniciativa Liberal.

Tal como o fingido desconhecimento do que já sabe, desde o início deste mandato, pois desde o ano civil anterior que foi aberto o procedimento para que seja possível, agora que as condições são as que vivemos por força da pandemia, que os cidadãos tenham conhecimento do que se passa nas reuniões da Assembleia Municipal.

Ora a transmissão dos trabalhos da Assembleia Municipal começa precisamente na reunião de hoje, como também já foi informado na reunião de líderes da passada segunda-feira, onde esteve o Sr Deputado eleito pela Iniciativa Liberal.

Albino Almeida

Anexo nº 4

4.32 - oferta pública para aquisição de imóveis

Esta Oferta Pública de Aquisição de Imóveis vem valorizar o investimento na habitação: a Câmara de Gaia lutou pelo financiamento de 143 milhões para este fim, e é para concretizar.

O "Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – o 1.º Direito" garante que os destinatários deverão cumprir requisitos de necessidade que nos parecem adequados.
Aliás, a Estratégia Local de Habitação, que permite ao município estabelecer a elegibilidade dos pedidos de apoio, é uma antiga reivindicação do PCP, também aqui em Gaia e, mais uma vez, podem contar com a CDU em todas as propostas que visem assegurar esse direito.

Relativamente ao documento em si, ele levanta-nos algumas questões, nomeadamente pelo facto de, se entendemos bem, a localização dos imóveis estar completamente em aberto, inclusivamente quanto à freguesia onde se situam, embora se preveja que na avaliação das propostas de aquisição de imóveis construídos se deverá "*assegurar uma distribuição equitativa do investimento pelas diferentes zonas do Concelho*". Este critério de avaliação não é tão claro no que respeita à aquisição de habitações a construir.

Outra questão é que, sendo o preço por metro quadrado (m2) um factor de desempate, as freguesias centrais e litorais, pela pressão que aí existe sobre esse preço, não estarão à partida em desigualdade perante as que têm um preço por m2 inferior, como será o caso de imóveis localizados no interior do Concelho?

Não deveria ser a própria Câmara Municipal a ditar a organização do seu território, estabelecendo aquilo que ela entende ser os critérios das necessidades da sua população, e até traçando o desenvolvimento urbanístico em simultâneo com o desenvolvimento dos

transportes públicos e dos equipamentos, algo que aliás consta expressamente do artigo 65º da Constituição, mais uma vez se comprovando a sua actualidade e relevância para a resolução dos problemas dos portugueses?

E quanto ao critério PTP, "proximidade a transportes públicos" enquanto critério de desempate: vai este ser avaliado dando o mesmo peso de consideração quer à existência de uma paragem de Metro, ou uma paragem servindo várias linhas de autocarros, quer às paragens que servem apenas uma linha de autocarro?

13.01.2022

Pel'A CDU,

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo nº 5

MINUTA DE ATA Nº 5

Reunião Ordinária de 13.01.2022

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1) Foi um **Voto de Pesar,** apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, "Pelo falecimento do Senhor Manuel Rodrigues dos Santos, ex-presidente da Junta de Freguesia de Grijó durante 8 anos, entre 1989 e 1997", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

2) Foram as Atas nº 65 de 30 de setembro de 2021 e a Ata nº 1 de 13 de outubro de 2021, Aprovadas por Unanimidade, de acordo com o nº 3 do art.º 34 do CPA. ----------

3) No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: ----------

a) Foi o **ponto 4.32. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Candidatura – Edital "Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para implementação de Projetos no âmbito do Investimento RE-C02-I01 – Programa de Apoio ao acesso à Habitação – Aviso de Publicitação nº 01/CO2-I01/2021 – Componente 02 - Habitação", **Aprovado por Maioria,** com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 01 voto contra do IL. ----------

b) Foi o **ponto 4.33. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto às Candidaturas a Financiamento EQ-LINHA BEI – NORTE-05-1406-FEDER-000096, NORTE-05-1406-FEDER-000143 - Aprovação da Minuta do Contrato de Financiamento Reembolsável para Financiamento Parcial da Contrapartida nacional, assim como, da imputação dos Encargos de Financiamento", **Aprovado por Unanimidade**.

c) Foi o **ponto 4.34. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Pedido de Suspensão Temporária e Excecional do Pagamento da Taxa da Licença de Estacionamento Privativo do ano 2021, correspondente a um lugar de

Assembleia Municipal
Rua General Torres, nº 1141
4400-164 Vila Nova de Gaia
Tel. 223 742 475

estacionamento privativo, de junho a dezembro, no montante de € 540,00 (quinhentos e quarenta euros), solicitado pelo Bar da Sereia Costa Verde", **Aprovado por Unanimidade**.

d) Foi o **ponto 4.35. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, da parcela de terreno a seguir identificada: ----------

- Terreno destinado a Escola Pré-Primária-B com área de 3.838 m2, sito no Lugar da Quinta do Monte Grande, Praceta Cooperativa o Telefone, freguesia de Vilar de Andorinho, que confronta a Norte com a Praceta Cooperativa o Telefone, do sul com domínio público e prédio com os nºs polícia 101 e 121, do Nascente com Rua Alfredo Marceneiro e prédio com os nºs polícia 101 e 121 e do Poente com domínio público e prédio com os nºs polícia 114, 115 e 116, encontra-se descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial sob parte do nº 1692 da freguesia de Vilar de Andorinho e está omisso à matriz por pertencer ao domínio público. . ----------

  O terreno em referência foi cedido, ao domínio público no âmbito da licença de loteamento nº 102/81 para escola Pré-Primária B, sendo atualmente desnecessário para a finalidade pública para que se encontrava afeto", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

e) Foi o **ponto 4.36. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao pedido de redução em 50% do pagamento de taxa pela ocupação/utilização do espaço público associado a operação urbanística, ou seja, o valor de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), no âmbito da obra licenciada pelo alvará de licenciamento de obras de ampliação nº 438/21, válido até 28 de abril de 2022 e relativo ao processo nº 1589/20", **Aprovado por Maioria**, com 43 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 da CDU, 02 do CDS, 02 do BE, 01 do IL, 01 do PAN e 01 do CH) e 05 abstenções do PSD. ----------

f) Foi o **ponto 4.37. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização dos encargos para o ano 2022, relativos à Empreitada Rua do Outeiro, Avintes – reconstrução de muro de suporte, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

Assembleia Municipal
Rua General Torres, nº 1141
4400-164 Vila Nova de Gaia
Tel. 223 742 475

g) Foi o **ponto 4.38. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao pedido de declaração de interesse público municipal do pedido de licenciamento referente à Construção do Novo Complexo Desportivo do Futebol Clube de Crestuma, num terreno sito à Rua do Rossio, da União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma, Proc.º 8399/21 – CERT, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma, solicitado pelo Futebol Club de Crestuma", **Aprovado por Unanimidade**. ------

h) Foi **Apreciada a** "Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município", **referente ao Ponto 4.39. da Ordem de Trabalhos**.

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 23 horas e 35 minutos do dia 13 de janeiro de 2022, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pelo Senhor Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRO SECRETÁRIO

(José Manuel Couto, Prof. Dr.)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)